



TRANSIÇÕES ECOLÓGICAS EM PERSPECTIVA: NOVOS E VELHOS DESAFIOS PARA A EXTENSÃO RURAL

Gervásio Paulus¹
Gilmar Francisco Vione²

¹EMATER-RS Escritório Central – gpaulus@emater.tche.br

²EMATER-RS Escritório Regional Santa Rosa – vione@emater.tche.br

RESUMO

Este texto propõe uma reflexão acerca dos desafios contemporâneos da extensão rural, frente à dinâmica das transformações ocorridas no campo brasileiro a partir do processo de modernização da agricultura e da perspectiva de transições ecológicas nos modelos produtivos vigentes. Para isso, parte-se de uma breve contextualização histórica, procurando evidenciar que houve mudanças significativas não apenas nos modos de produção dos principais sistemas produtivos, mas também dos papéis historicamente esperados e desempenhados pelos serviços públicos de extensão rural e pesquisa. Tendo como referência empírica a experiência desenvolvida na EMATER-RS no estado do Rio Grande do Sul, junto a cooperativas e associações, sugere-se formatos de organização e *modus operandi* que, em certa medida, transcendem o formato da organização básica de equipes municipais, regionais e estaduais, com a criação de núcleos temáticos compostos por equipes multidisciplinares para enfrentar esses desafios.

PALAVRAS-CHAVE: ATER multidisciplinar; desenvolvimento rural; empoderamento.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A imagem clássica de um agrônomo, uma extensionista e um jipe (FONSECA, 1985), que ilustra a atuação da Extensão Rural em seus primeiros ensaios institucionalizados, não se aplica mais para a realidade atual. A persistência de modelos convencionais de produção, mesmo do ponto de vista meramente produtivista (reducionista, portanto) não mais se justifica, não apenas para a sociedade como um todo (se é que um dia se justificou a esta), mas também para as classes e frações de classes agrárias que são beneficiárias diretas e principais do modelo de agricultura hegemônico no país. As novas formas de apropriação do capital



no campo e as emergências climáticas colocam novos desafios para as instituições de ATER, cujo enfrentamento exige um enfoque multidisciplinar e uma abordagem integrada e integradora para dar conta da complexidade das relações que envolvem os processos produtivos e suas interações sociais e ambientais.

É consenso que a ATER cumpriu historicamente papel relevante no processo de modernização conservadora, e sua crítica já foi feita por vários autores, incluindo movimentos e organizações dos próprios extensionistas (vide Repensar na década de 80), com ênfase na crítica ao modelo difusionista-inovador largamente dominante naquela época, e ainda hoje, em larga medida, presente. Mas para esse papel modernizador a extensão rural não tem mais espaço. O que se propõe, em alternativa, é o desenvolvimento rural com base em metodologias e processos participativos, não ou menos excludentes, que incorporem em seus pressupostos teóricos e práticas cotidianas os princípios da Agroecologia, questões ambientais, de gênero, etc, tendo a participação como método e o aumento do grau de autonomia dos públicos assistidos como objetivo estratégico (Caporal, Costabeber e Paulus, 2006).

Os modelos de produção com uso intensivo de agroquímicos, insustentáveis a médio e longo prazos, não são convenientes nem para as grandes corporações, que estão fazendo a conversão de sua base de insumos, dada a ineficiência técnica e econômica dos mesmos (haja vista a resistência de organismos às moléculas químicas e a rápida perda de eficiência dos OGMs no controle fitossanitário), além dos já amplamente conhecidos problemas de contaminação ambiental e doenças advindas do uso destes produtos. Estudos e projeções apontam que em cerca de 10 a 15 anos haverá alternativas com base em bioinsumos para a ampla maioria dos problemas fito e zoossanitários, que hoje reclamam o emprego de moléculas de agrotóxicos nas lavouras e rebanhos, exceto, talvez, o caso dos herbicidas, embora estes sigam a mesma lógica.

Embora esta mudança de matriz tecnológica se situe no escopo do que alguns autores denominam Revolução Verde-Verde ou Revolução Duplamente Verde que, a exemplo da primeira, é conservadora, por não alterar as relações sociais vigentes, traz benefícios inegáveis do ponto de vista ambiental, da saúde humana e dos agroecossistemas. A questão central, contudo, é que ela por si só **prescinde** dos serviços de ATERS pública e gratuita, pois sua implementação se dá, via de regra, ao largo e à margem dos processos “tradicionais” de ATERS. Nesse sentido, a extensão rural é cada vez mais obsoleta, conforme já alertavam CAPORAL e COSTABEBER (1994)., salvo se passar a cumprir novos papéis.

Cabe lembrar que a PNATER representou a nível federal, um grande esforço institucional para a retomada de uma agenda nacional de extensão rural, em uma perspectiva inclusiva e contra-hegemônica. Todavia, como apontam análises de Borsatto *et al* (2022), “fatores estruturais e conjunturais do Estado brasileiro



sistematicamente impediram que a PNATER cumprisse seus ambiciosos objetivos”, concluindo que as inovações contra-hegemônicas propostas pela PNATER foram sendo paulatinamente erodidas.

Neste sentido, é urgente e necessária a retomada de princípios e diretrizes da PNATER, acompanhada de uma política vigorosa de fortalecimento das agências de caráter público de ATER, através de um Sistema Nacional de ATER. Igualmente é necessário que instituições estaduais de ATERS desenvolvam processos de reorientação dos extensionistas, incorporando e fortalecendo equipes multidisciplinares, que compreendam e possam desenvolver nas comunidades rurais, processos de formação dialógicos e participativos, visando atingir níveis crescentes de sustentabilidade nas formas de manejo dos agroecossistemas, com maior autonomia em relação a corporações e insumos externos. Como exemplos, citamos a fabricação caseira de bioinsumos; preparo de homeopantias; resgate da agrobiodiversidade e de sementes crioulas; implantação de sistemas agroflorestais; reconhecimento de saberes e sabores tradicionais e culturais na fitoterapia e na culinária, entre outras ações mediadas pela práxis extensionista.

NOVOS E VELHOS DESAFIOS PARA A EXTENSÃO RURAL

É preciso reconhecer que, historicamente, o Estado não foi estruturado para trabalhar com pobres e excluídos. Todavia, o enfrentamento das desigualdades persistentes no meio rural brasileiro requer a formulação e o acesso a políticas públicas de forma equitativa, entre as quais a ATER se destaca.

Mais do que preconizar uma agricultura sustentável, trata-se de (re)construir o significado de agricultura, entendida aqui como um conjunto de processos biológicos, históricos e econômicos que são social e culturalmente definidos (Paulus e Schlindwein, 2001). Essa perspectiva é importante para evitar uma abordagem “evolucionista”, que considera “avançado” quem usa tecnologias consideradas modernas e “atrasado” quem incorpora processos e conhecimentos tradicionais em seus modos de produção.

Diagnósticos e metodologias participativas devem ser vistas como ferramentas de trabalho para conhecer o histórico das comunidades, identificar a “lógica” de uso dos recursos naturais e os agroecossistemas resultantes e, a partir desta, propor possíveis intervenções que otimizem o uso desses recursos em bases sustentáveis. É fundamental promover a inclusão dos públicos historicamente menos contemplados ou excluídos das políticas públicas, inclusive da ATER. Igualmente, é estratégico criar e fortalecer redes de articulação técnica e social, envolvendo organizações parceiras



no planejamento (inclusive pactuação de compromissos e avaliação de metas – participação como direito).

Com base nessa visão, foram criadas pela Emater/RS-Ascar, em 2011, sete Unidades de Apoio ao Cooperativismo, com equipes multidisciplinares, incluindo profissionais das áreas de administração, contabilidade, ciências agrárias, ciências sociais e direito. Essas equipes atuam em todas as regiões administrativas do estado, com as equipes regionais e municipais. A assessoria às cooperativas é feita através do Programa de Extensão Cooperativa (PEC), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR-RS). A metodologia usada, principalmente para as cooperativas da agricultura familiar (com DAP ou CAF jurídica), envolve a aplicação inicial de um diagnóstico para identificar demandas e a elaboração de um plano de negócios, pactuado entre os agentes de extensão e a direção das cooperativas. Conforme o Relatório Institucional 2024 da EMATER/RS, em 2024 foram assessoradas 122 cooperativas, totalizando 20.004 cooperados e 34 associações. Uma análise dos indicadores de acompanhamento do PEC, feita a partir de dados amostrais, revela que de 2013 a 2023 ocorreu um aumento de 31% no número de associados, com destaque para a participação de mulheres, que aumentou em 209%. Na comercialização, o aumento foi de 260% (de R\$ 32,3 milhões para R\$ 113, 3 milhões) nesse período, advindo sobretudo da participação nos mercados institucionais (de 6,63 para R\$ 30,13 milhões). Esse exemplo mostra que, com foco em demandas reais e equipes multidisciplinares, é possível ajudar agricultores e suas organizações a superar desafios e a melhorar sua renda e qualidade de vida. Além disso, esta construção de mercados alternativos aos oligopolizados, estruturando cadeias curtas, facilita o acesso dos consumidores aos alimentos, melhorando a segurança alimentar. O mesmo raciocínio pode ser aplicado para as agroindústrias familiares, cuja assessoria de equipes multidisciplinares qualifica os produtos, facilitando a sua inserção e nos circuitos de comercialização e a gestão financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário um esforço conjunto da pesquisa, ensino e extensão rural para avançar em direção a um modelo de desenvolvimento que incorpore inovações tecnológicas, fortaleça a diversificação produtiva e a agregação de valor aos produtos primários, gere emprego e renda no meio rural, com sustentabilidade ambiental.

Os desafios atuais exigem que o Estado tenha um papel importante como regulador, indutor do desenvolvimento e promotor da inclusão social e do combate às desigualdades regionais. Assim, é fundamental o esforço de retomada da PNATER e de um sistema nacional de ATER robusto e fortalecido. A Extensão Rural encontra



espaço para protagonismo à medida que seu campo de atuação não se restringe à assistência técnica *stricto senso*, mas abrange a intervenção estruturada no conjunto das cadeias produtivas, a jusante e a montante, o que inclui processos de gestão, associativismo/cooperação, agregação de valor via agroindústrias e comercialização. É fundamental uma abordagem metodológica e pedagógica sócio-organizativa, que vá além dos aspectos produtivos e tecnológicos.

Em síntese, o que se espera é que a Extensão Rural possa ajudar a construir processos de desenvolvimento rural, baseados na participação como um método, com foco na sustentabilidade em suas múltiplas dimensões e tendo como objetivo estratégico a ampliação do grau de empoderamento das famílias rurais.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

- BORSATTO, R. S.; THOMSON, C. R.; RIGA, H. L.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): fim de um ciclo? **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 22, n. especial, p. 1–20, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.22.2220283.002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/20283>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- CAPORAL, F. R., & COSTABEBER, J. A. (1994). **Por Uma Nova Extensão Rural: fugindo da obsolescência**. *Extensão Rural*, (2), 7–32. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6376> (acesso em 10/06/2025)
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: Tommasino, H.; Hegedüs, P. de. (Eds.). **Extensión: reflexiones para la intervención em el medio urbano y rural**. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Agronomía – Universidad de la República Oriental del Uruguay, 2006.
- Emater. Rio Grande do Sul/ ASCAR. **Relatório de Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social - 2024**. Emater/RS-Ascar, Abril de 2025.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa. A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985. 191 p.
- PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S. L. Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto alegre, v.2, n.3, jul./set, 2001.